



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



LISBOA, PORTUGAL, 8 DE MARÇO DE 2000

É com imenso prazer que me dirijo aos representantes do querido povo português. A ocasião é única. Celebramos, Portugal e Brasil, 500 anos da gesta de Pedro Álvares Cabral. Comemoramos cinco séculos de história comum, de uma história plena de futuro, de uma história com vocação universalista.

São muitas as razões que justificam o aplauso no Brasil e em Portugal ao V Centenário do Descobrimento. Não me pretendo exaustivo. Prefiro concentrar-me em um motivo que sei interessar a esta Casa, comprometida como ela é com os destinos de Portugal, com sua presença no mundo. Quero ressaltar o fato de que a aproximação entre nossos povos tem sido construída, desde 1500, sob o signo do *universalismo*, de interesses e valores ecumênicos.

Os estudiosos já nos fizeram compreender que o achamento da Terra de Vera Cruz não se deu por acaso. O Novo Mundo estava na rota do capitalismo comercial. O Brasil foi revelado ao Ocidente na esteira da globalização das trocas. Mas isto não ocorreu de maneira mecânica, aleatória. A conquista se fez, sabemos todos, segundo o espírito empreendedor da Corte manuelina, segundo a mesma “ética

aventureira” que Sérgio Buarque de Holanda consideraria mais tarde o “elemento orquestrador por excelência” do território brasileiro. Da epopéia de Cabral às entradas e bandeiras foi providencial a capacidade do português de desvendar novos caminhos, sempre com maleabilidade.

Fernando Pessoa disse uma vez que “nunca um verdadeiro português foi português, foi sempre tudo”. Outra não é a mensagem que se extrai da formação do povo brasileiro. O colonizador soube transigir e se adaptar às culturas indígena e africana, criando o tipo versado nos trópicos a que tantas loas fez Gilberto Freyre. O tempo viria a confirmar que a lição foi bem aprendida, com a acolhida pelo Brasil nos últimos 150 anos de contribuições étnicas de todos os continentes. Somos, mais do que nunca, híbridos, lusitanamente híbridos.

Permitam-me recordar que durante um hiato de nossa história faltamos ao ideal de congraçamento democrático. Refugiamos-nos no arbítrio, sob um discurso nacionalista, de costas para a comunidade internacional. Mas foi com convicção redobrada na democracia que retornamos à normalidade institucional. Afastamos de vez o estigma do autoritarismo e retomamos o diálogo com o mundo, inclusive para defender, com o amparo da opinião pública interna, o valor universal da democracia.

Não faço esta digressão histórica por gosto acadêmico, mas imbuído da responsabilidade de homem público, com olhos postos no presente. Brasil e Portugal hoje comungam do sentimento de mais estrito repúdio à intolerância política e étnica, manifeste-se ela dentro ou fora de nossas fronteiras. O Brasil que faz questão de situar o respeito à democracia como condição para ingresso e permanência no Mercosul é inteiramente solidário com a preocupação do Governo português em não aceitar recrudescimento autoritário em solo europeu. Já se foi o tempo dos autocratas, das sociedades divididas.

Quero dizer também a esta Casa que o Brasil está atento à sorte da democracia em todo o mundo lusófono. Em Angola, onde se renovam as expectativas de consolidação do processo democrático, é imperativo que a Unita renuncie à luta armada e aceite, sem subterfúgio, as

regras da prática eleitoral. No Timor Leste, que será o oitavo membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, estamos comprometidos em cooperar com a fundação e o desenvolvimento do novo Estado. Irei ao Timor ainda este ano. O Brasil está, portanto, associado a Portugal no propósito de contribuir para que os horrores da guerra, da violência, da fome e da miséria sejam erradicados de uma vez por todas de Angola e do Timor. Vamos lutar para que ali, como em Moçambique, ora sob o flagelo das inundações, possam vingar a dignidade social e a esperança.

Sem as agruras das situações-limite observadas na África e na Ásia, são crescentes as dificuldades, mesmo nas democracias consolidadas, para atender às expectativas por maior progresso e bem-estar social. Os constrangimentos externos à gestão pública são cada dia mais agudos, sobretudo aqueles decorrentes do protecionismo comercial e da especulação financeira. Estamos sujeitos tanto às práticas unilaterais quanto ao irracionalismo dos mercados. Daí a urgência de alcançarmos simetria nas trocas internacionais e maior previsibilidade nos fluxos de capital. Insisti sobre essas questões, na companhia do Primeiro-Ministro António Guterres, em reunião realizada ano passado em Florença com outros líderes socialdemocratas.

Apraz-me perceber a afinidade dos objetivos que hoje se perseguem no Brasil e em Portugal. Coincidimos em perseguir eficiência econômica com equidade social. Reconhecemos o papel primordial do mercado na geração de riquezas, mas prezamos a função insubstituível do Estado como garante da coesão social. Estamos empenhados em avançar os respectivos processos de integração, mas não descuramos do objetivo mais amplo de associação dos mercados regionais. Continuamos, Brasil e Portugal, universalistas.

O transcurso dos 500 anos ocorre sob a presidência portuguesa da União Européia. Não há de ser uma coincidência fortuita. Já fiz saber ao Primeiro-Ministro Guterres que Portugal pode contar com o Brasil para a consecução da meta que lhe é cara de impulsionar a associação entre a União Européia e o Mercosul. Os benefícios serão vultosos, de lado a lado. Mantemos a firme expectativa de um acesso mais

desimpedido ao mercado agrícola europeu. O retorno para a Europa virá nos ganhos de escala para seus investimentos, agora que o Mercosul se fortelece com a associação do Chile e da Bolívia e com os vínculos crescentes com a Comunidade Andina. Estejam certos de que a América do Sul logo constituirá uma região integrada e economicamente coesa. Será cada vez mais um espaço de paz, democracia e prosperidade. A União Européia é parceira privilegiada nesse processo, como bem o deseja Portugal.

É com esta nota de confiança que concluo minhas palavras. Confiança em um futuro partilhado, que inclua nossos vizinhos. Confiança no progresso com justiça social. Confiança na democracia e em nossa capacidade de sermos dela guardiões. Confiança no universalismo lusófono. Confiança no encantamento mútuo que desde Pêro Vaz de Caminha aproxima brasileiros e portugueses.

Muito obrigado.